

Curso

O Regime Jurídico das Expropriações

Datas | 24, 25 e 26 novembro | 2026

Horário das Sessões (3h00m) | 10h00m – 13h00m

Carga horária | 12h

Formadores | Ricardo Maia Magalhães, Valter Monteiro e José Antunes Ribeiro

Formato | Online (Microsoft Teams)

Valor da Inscrição | 310,00€

(a estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor)



Ricardo Maia Magalhães

Formador - Coordenador

- Advogado;
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto;
- Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Centro regional do Porto;
- Formador Certificado de acordo com o Certificado de Competências Pedagógicas (CCP);
- Sócio responsável pelo Departamento de Direito Público – Cerejeira Namora, Marinho Falcão;
- Áreas preferenciais de atuação: Contratos Públicos, Autarquias Locais, Associativismo Municipal, Setor Empresarial Público, Contencioso Administrativo, Direito Financeiro Público;
- Autor de diversas publicações no âmbito de temáticas relacionadas com Direito Público, com especial incidência na Contratação Pública;
- Orador convidado em várias conferências, formações e sessões em Mestrados e Pós-Graduações de especialidade.



Valter Monteiro

Formador

- Valter Monteiro integra a equipa da Sociedade de Advogados - Cerejeira Namora, Marinho Falcão desde 2024, onde trabalha na área de Público;
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, é também Mestre em Direito Administrativo pela mesma Faculdade;
- Completou, ainda, diversas formações complementares, nomeadamente a Pós-Graduação em Direito da Contratação Pública e a Pós-Graduação em Emprego Público, ambas promovidas pelo CEDIPRE - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- É autor de diversas publicações de especialidade, sendo também formador nas áreas de Direito Administrativo e Compliance Officer.



José Antunes Ribeiro

Formador

- José Antunes Ribeiro integrou a Cerejeira Namora, Marinho Falcão em 2025, onde trabalha na área de Público.
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto em 2023, frequenta, atualmente, o Mestrado em Direito Administrativo na Escola de Direito da Universidade do Minho. Detém, ainda, uma Pós-Graduação em Direito Imobiliário, lecionada pelo Centro de Investigação de Direito Privado.
- Durante o seu percurso académico, integrou a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto durante quatro anos, tendo assumido o cargo de Presidente no seu último ano. Integrou ainda o Conselho Executivo e o Senado.
- Participou ainda em diversas formações extracurriculares na área do Direito Público, das quais se destaca: a 4.ª Edição do Curso Breve “A Nova Justiça Administrativa”; o “Curso de Direito Administrativo Imobiliário”; e o “Curso de Contencioso Administrativo”.
- É ainda Formador acreditado pelo IEFPP.

Objetivos

Esta formação assume carácter prático e visa dotar os destinatários dos conhecimentos essenciais à compreensão do regime jurídico aplicável às expropriações por utilidade pública. Serão abordados os pressupostos de admissibilidade da expropriação, a declaração de utilidade pública, a autorização de posse administrativa, o regime da indemnização e as diferentes fases do processo de expropriação, bem como as figuras da reversão e da requisição.

Público-Alvo

São destinatários da formação advogados, juristas, técnicos da administração pública, autarcas e demais profissionais que intervenham em processos de expropriação ou em operações de gestão territorial.

Metodologia

- ✓ Formação Certificada pela DGERT – Certificado emitido pela Plataforma SIGO
- ✓ Formação em Plataforma on-line (Teams)
- ✓ No decorrer da formação, os formandos serão incentivados a uma participação ativa, com o objetivo de promover uma maior assimilação dos conteúdos abordados, através do envolvimento individual e da análise de situações exemplificativas e casos práticos aplicáveis ao contexto profissional.

Conteúdos Programáticos

1. Introdução ao tema
2. Admissibilidade, objeto e limites da expropriação
3. A declaração de utilidade pública
4. A autorização de posse administrativa
5. A indemnização
6. Processo de expropriação: expropriação amigável v. expropriação litigiosa
(tramitação do processo)
7. A reversão dos bens expropriados
8. A requisição

Requisitos de Participação



Do ponto de vista técnico, os formandos terão de dispor de computador com acesso à internet, microfone, colunas/auriculares e câmara em funcionamento e devem testar o equipamento antes do arranque da ação;

Os formandos devem consultar e ter presente o Regulamento e Condições Gerais disponível no site.



Valor e Condições de Pagamento

Valor da Inscrição:

✓ 310,00€

(a este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)

Condições de Pagamento:

A inscrição ficará confirmada com envio do comprovativo de pagamento, ou no caso de Entidades Públicas, com o envio da respetiva nota de encomenda e/ou número de compromisso, para o email formacao@xni9consulting.com.

Dados da Entidade para pagamento:

XNi9 Consulting – Consultoria e Gestão, Lda

NIF | 513034412

IBAN | PT50 0010 0000 50833730001 55

Together, we can make a difference.

Entidade Formadora | **XNi9 Consulting & Training**
Entidade Parceira | **Law Academy**